

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	<i>Edição</i>	<i>Vigência</i>
	1.0	dd/mm/aaaa
	<i>Revalidação</i>	

Vinculada à Política de Segurança e Saúde Ocupacional das Empresas Eletrobras

ELABORAÇÃO:

Vice-Presidência de Gente, Gestão e Cultura
Diretoria de Saúde e Segurança no Trabalho

REVISÃO/APOIO:

Divisão de Normativos
Gerência Executiva de Compliance
Gerência Executiva de Governança Corporativa
Gerência de Certificações

APROVAÇÃO:

Diretoria Executiva da Eletrobras (DE) – RES-nnn/aaaa, de dd/mm/aaaa

VIGÊNCIA: 3 anos

	DS-001
	Página 1/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

O conteúdo deste documento não pode ser reproduzido sem a devida autorização. Todos os direitos pertencem à Eletrobras.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	REFERÊNCIAS.....	3
3	CONCEITUAÇÃO.....	3
4	DETALHAMENTO	7
5	RESPONSABILIDADES	12
6	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14
7	HISTÓRICO DE EDIÇÕES	15
8	APÊNDICES	15

Esta instrução de trabalho é vinculada à norma XXXXXXXXXXXX / ao procedimento
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.
(Opcional)

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

1 INTRODUÇÃO

1.1.OBJETIVO

Estabelecer as diretrizes e requisitos necessários para implementação de um processo de planejamento integrado de gestão de riscos em SST baseado na elaboração da Análise Preliminar de Risco (APR) e na aplicação da Avaliação de Riscos (AR) com o objetivo de identificar os perigos/riscos associados a cada etapa da tarefa e definir e implantar as medidas de controle, visando a prevenção de acidentes graves ou fatais com nossas equipes e a proteção dos nossos ativos por meio da manutenção da saúde dos controles em campo.

1.2.ABRANGÊNCIA

Os critérios e metodologias nesta diretriz e nos documentos que a compõem devem ser implementados na Eletrobras e cumpridos por profissionais próprios e fornecedores.

2 REFERÊNCIAS

A presente diretriz se baseia principalmente nos seguintes documentos:

- 2.1. NR 01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.
- 2.2. NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 2.3. NR 07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.
- 2.4. NR 10 – Segurança em Trabalhos com Eletricidade.
- 2.5. NR 12 - Segurança no trabalho em Máquinas e Equipamentos.
- 2.6. NR 18 - Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção.
- 2.7. NR 33 – Segurança em Espaço Confinado.
- 2.8. NR 35 - Trabalho em altura.
- 2.9. PAC – Protocolos de Atividades Críticas da Eletrobras.

3 CONCEITUAÇÃO

3.1.SIGLAS

- 3.1.1. APR – Análise Preliminar de Risco
- 3.1.2. AR – Avaliação de Risco

	DS-001
	Página 3/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

- 3.1.3. ASO – Atestado de Saúde Ocupacional
- 3.1.4. EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva
- 3.1.5. EPI – Equipamentos de Proteção Individual
- 3.1.6. NR – Norma Regulamentadora
- 3.1.7. PRE – Plano de Resposta a Emergência
- 3.1.8. PEMT - Plataforma Elevatória Móvel de Trabalho
- 3.1.9. PTS – Permissão de Trabalho Seguro
- 3.1.10. SST – Saúde e Segurança do Trabalho

3.2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

3.3.1. **Atividade:** qualquer serviço, tarefa ou ação, que envolva a aplicação de mão de obra da empresa ou de contratados / subcontratados.

3.3.2. **Atividades rotineiras:** atividades habituais, independente da frequência, que fazem parte do processo de trabalho da empresa, incluindo manutenções preventivas, rotinas operacionais etc. Essas atividades podem conter (i) procedimentos de execução padronizados, (ii) análises de riscos e perigos para Segurança do Trabalho.

3.3.3. **Atividades não rotineiras:** atividades realizadas com pouca frequência ou esporádicas e que não possuem processos ou procedimentos necessariamente pré-estabelecidos. Para as atividades não rotineiras as medidas de controle devem ser evidenciadas a partir de análises de risco detalhadas e amplamente discutidas entre os envolvidos.

3.3.4. **Autorização de Serviço – AS ou PT – Permissão de Trabalho:** Documento para o controle e devida atenção na liberação (início), acompanhamento de duração dos trabalhos a serem desenvolvidos e normalização (fim), utilizado pela equipe de operação da instalação ou assistência local para autorização a uma equipe envolvida na execução de um serviço, como também para formalização da conclusão do serviço por essa equipe à equipe de operação da instalação ou assistência local. Além disso, inclui as listas de verificação de segurança (checklists), com itens críticos como medidas preventivas para segurança dos ativos, dos profissionais e da conformidade do processo estabelecido.

3.3.5. **APR - Análise Preliminar de Risco:** Conjunto de técnicas utilizadas para avaliar perigos e riscos à segurança e à saúde dos profissionais, de impactos ambientais e de danos materiais, com participação de todos os envolvidos no trabalho, identificando e adotando medidas preventivas para eliminar, controlar ou mitigar os riscos identificados. Documento elaborado a partir das atividades previstas no planejamento do trabalho, por meio da identificação e análise dos riscos envolvidos em cada etapa e quais os procedimentos devem ser seguidos para mitigá-los.

	DS-001
	Página 4/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

3.3.6. **AR - Avaliação de Riscos:** um processo sistemático no local de trabalho que consiste em observar uma tarefa com o propósito de identificar os riscos à saúde e à segurança e definir as medidas de controles, visando eliminá-los ou reduzi-los / mitigá-los.

3.3.7. **Controle:** qualquer ação implantada com o intuito de reduzir ou eliminar os riscos, agentes agressivos ou qualquer outro aspecto capaz de prejudicar a saúde dos empregados e fornecedores, bem como causar impactos adversos ao meio ambiente durante a realização das atividades.

3.3.8. **Diálogo de Segurança (DS):** Metodologia de realização de alertas para os riscos envolvidos nas atividades e orientação referente ao desempenho a ser realizado na atividade. É o momento de nivelamento do Planejamento Executivo (PEX) e da Análise Preliminar de Riscos (APR) com a equipe e possui registro obrigatório.

3.3.9. **Direito de Recusa:** Direito que o empregado pode exercer, em determinadas situações de trabalho, de não executar uma tarefa devido à falta de condições de segurança no trabalho: "O trabalhador poderá interromper suas atividades quando constatar uma situação de trabalho onde, a seu ver, envolva um risco grave e iminente para a sua vida e saúde, informando imediatamente ao seu superior hierárquico" (subitem 1.4.3 da Norma Regulamentadora NR 01).

3.3.10. **Dano:** Consequência potencial ou real na Saúde e Segurança dos trabalhadores relativa a um evento perigoso.

3.3.11. **Etapas Críticas:** são as etapas das atividades classificadas como **risco alto e crítico** sendo eles descritos no Normativo de Gerenciamento de Risco de SST.

3.3.12. **Equipamento de Proteção Coletiva (EPC)** – Todo dispositivo que tem a finalidade de proteger a saúde e a integridade física da equipe.

3.3.13. **Equipamento de Proteção Individual (EPI)** – Todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo profissional, destinado à proteção contra riscos que ameacem a segurança e saúde do profissional.

3.3.14. **Gerenciamento:** procedimentos e/ou rotinas de trabalho associados aos riscos ocupacionais significativos de forma a assegurar que sejam executados sob condições controladas.

3.3.15. **Lesões e problemas de saúde:** Efeito adverso sobre a condição física, mental ou cognitiva de uma pessoa.

3.3.16. **Profissional** – Para fins desta norma equivale ao termo trabalhador, descrito na norma ISO 45001 – pessoa que realiza trabalho ou atividades relacionadas ao trabalho que estão sob o controle da Eletrobras.

Nota 1: Pessoas que realizam trabalhos ou atividades relacionadas ao trabalho, de acordo com vários procedimentos, pagos ou não pagos, como de forma regular ou temporária, intermitente ou sazonalmente, casualmente ou a tempo parcial.

Nota 2: Os profissionais incluem a Alta Administração, pessoas de nível gerencial e não gerencial.

	DS-001
	Página 5/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

Nota 3: O trabalho ou as atividades relacionadas ao trabalho, executadas sob o controle da organização, podem ser realizados por profissionais empregados pela organização, profissionais de fornecedores externos, contratados, indivíduos, profissionais de agências e outras pessoas, na medida em que a organização compartilhe o controle de seu trabalho ou atividades relacionadas ao trabalho, de acordo com o contexto da organização.

3.3.17. **Perigo:** Fonte com o potencial de causar lesões ou agravos à saúde. Elemento que isoladamente ou em combinação com outros tem o potencial intrínseco de dar origem a lesões ou agravos à saúde.

3.3.18. **Permissão de Trabalho Seguro - PTS:** é uma autorização escrita em formulário padronizado, emitida e liberada por profissional capacitado e autorizado, para atividades não rotineira e em atividades que não possuem permissão de trabalho pela operação, definindo condições e métodos seguros para a realização de um determinado trabalho, devendo este documento ser de conhecimento de todos os envolvidos na tarefa.

3.3.19. **Protocolo de Atividades Críticas:** Documento com as exigências mínimas de saúde, segurança e meio ambiente, com o objetivo de garantir a integridade física e a proteção da saúde dos profissionais, bem como a preservação do meio ambiente, durante a execução de atividades críticas. Consideram-se atividades críticas aquelas que envolvem riscos significativos e que, caso não sejam devidamente controlados, podem resultar em lesões graves ou fatais, doenças ocupacionais severas, danos expressivos ao patrimônio, impactos ambientais relevantes ou outras perdas de grande magnitude ou consequência.

3.3.20. **Risco:** Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.

3.3.21. **Risco grave e iminente:** Toda condição ou situação de trabalho que possa causar acidente ou doença relacionada ao trabalho com lesão grave à integridade física do empregado ou contratado / subcontratado.

3.3.22. **Risco Baixo:** Lesão e/ou doença que não resulte em sequela ou tratamento médico (excetuando pronto atendimento ambulatorial / emergencial). Não é requerida nenhuma nova ação. Deve-se monitorar os controles operacionais existentes.

3.3.23. **Risco Médio:** Lesão ou doença que traga condição incapacitante temporária ou restrições, sem sequelas permanentes. Deve-se avaliar a possibilidade de redução do risco, através de melhoria dos controles operacionais existentes ou criação de novos conforme hierarquia de controles.

3.3.24. **Risco Alto:** Lesão ou doença que traga condição incapacitante temporária ou restrições. Com sequelas permanentes e com potencial de redução da capacidade laboral. Deve-se avaliar a possibilidade de redução do risco, através de melhoria dos controles operacionais existentes ou criação de novos conforme hierarquia de controles.

3.3.25. **Risco Crítico:** Lesão ou doença que traga sequelas permanentes e término da capacidade laboral ou óbito. O trabalho não deve ser realizado até que o risco tenha sido reduzido ou eliminado. Deve-se estabelecer controles operacionais conforme hierarquia de controles.

3.3.26. **RPAC - Reunião de Planejamento de Atividades de Alto e Crítico Risco:** A ser realizada antes do início das atividades para discutir o PEX/APR.

	DS-001
	Página 6/18

NO-SP.01.05-nnn				<i>Edição</i>	<i>Vigência</i>
PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL				1.0	dd/mm/aaaa
				<i>Revalidação</i>	

3.3.27. **Solicitação de Intervenção - SI:** documento utilizado pelas áreas internas da empresa e empresas contratadas credenciadas, para solicitar autorização para execução de serviços em equipamentos ou instalações, que estejam sob controle da área de O&M, bem como definir e especificar condições necessárias para garantir a segurança de pessoas e dos equipamentos ou instalações, por meio do controle e supervisão dos impedimentos operativos.

3.3.28. **Tarefa** - É uma sequência de ações definidas (tarefas elementares), que permitem a realização do trabalho.

4 DIRETRIZES

4.1. Etapas do Processo de Gerenciamento de Risco Operacional



O processo de gerenciamento de risco operacional deve ser implementado para as atividades ou intervenções consideradas de **risco alto ou crítico** conforme planejamento previsto para os próximos 15 (quinze) dias.

4.1.1. Levantamento dos Riscos

4.1.1.1. O levantamento dos riscos é um documento que visa indicar os perigos e riscos presentes nas atividades ou intervenções realizadas.

4.1.1.2. O levantamento dos riscos associados às atividades ou intervenções deve ser elaborado com base nos documentos de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais e de perigos e riscos ocupacionais, nos normativos internos de SST e nos requisitos legais aplicáveis.

4.1.2. Análise Preliminar de Riscos – APR

4.1.2.1. A APR é um documento elaborado para formalizar, na fase de planejamento, a análise de riscos das atividades.

4.1.2.2. A APR contempla a identificação das etapas da tarefa, os perigos e riscos potenciais associados e as medidas de controle a serem aplicadas visando evitar acidentes graves ou fatais com nossas equipes e proteger ativos.

4.1.2.3. APR deve considerar:

- Levantamento dos riscos considerados **altos ou críticos** associados às atividades ou intervenções;
- Compromissos pela Vida da Eletrobras;
- Protocolos de Atividades Críticas – PAC;
- Requisitos legais específicos aplicáveis à atividade;

		DS-001
		Página 7/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

- e. Necessidade de Permissões de Trabalho Seguro - PTS;
- f. Qualificação e treinamento específico dos trabalhadores;
- g. Supervisão constante durante a execução;
- h. Planos de Resposta a Emergências específicos;
- i. Comunicação reforçada entre todos os envolvidos;
- j. Revisão mais frequente das medidas de controle.

4.1.2.4. A APR deve ser elaborada com a participação dos profissionais de fornecedores e/ou Eletrobras responsáveis pelo planejamento da atividade conforme normativos internos de SST e deve considerar todas as etapas da respectiva atividade

A emissão, validação e verificação da APR deve ocorrer conforme definição abaixo:

a. Para atividades **de risco alto ou risco crítico** aplica-se:

I) Atividades de Fornecedores:

Emissão realizada pelo responsável do fornecedor - Antes do início da atividade a APR deve ser validada pela área Eletrobras responsável pela atividade e verificada por profissional de SST da Eletrobras e por profissional de SST da Contratada quando houver.

II) Atividades da Equipe Eletrobras:

Emissão realizada por profissional Eletrobras responsável pela atividade - Antes do início das atividades a APR deverá ser verificada por profissional de SST da Eletrobras.

4.1.2.5. A APR pode ser revista, a qualquer momento, sendo que todas as alterações realizadas devem ser discutidas/validadas pela equipe participante e pela equipe que fez a validação da APR original.

4.1.2.6. A APR deve ser avaliada pelo responsável pela execução da atividade, e deve ter a validação dos seguintes profissionais:

- a. Gerente responsável pela atividade;
- b. Time responsável pelo planejamento da atividade;
- c. Time responsável pela execução da atividade;
- d. Equipe de SST;
- e. Gestor do Fornecedor;
- f. Responsável da área.

4.1.2.7. A APR de atividades da Equipe Eletrobras deve ter a validação dos seguintes profissionais:

- a. Responsável pela atividade;

	DS-001
	Página 8/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

- b. Equipe de SST;
- c. Gerente da área ou profissional designado por ele.

4.1.2.8. O responsável pela execução do serviço é também responsável pela divulgação do conteúdo da APR e da coleta de assinatura de todos os membros da equipe participante do serviço, atestando conhecimento das condições de segurança.

4.1.2.9. Após o término das atividades, a APR assinada por todos os envolvidos deve ficar arquivada pelo responsável da atividade.

4.1.2.10. Toda APR terá validade de até 15 dias, podendo ser revalidada, por mais 15 dias mediante aprovação da Segurança do Trabalho e nivelamento com a equipe executora, através de nova RPAC.

4.1.2.11. Após esse período de validade é obrigatória a emissão de nova APR, pelo responsável da atividade.

4.1.2.12. A alteração de condições de trabalho, substituição de materiais, introdução de novos equipamentos, alterações de escopo do serviço, devem ser objeto de nova avaliação e reemissão da APR. Em caso de alteração da equipe de profissionais a APR deve ser revalidada e assinada pelos executantes.

4.1.2.13. Ao longo das etapas das tarefas e nas suas transições, a equipe executante deve garantir que as medidas de controle definidas estão sendo corretamente aplicadas.

4.1.2.14. No caso de atividades emergenciais as etapas do processo podem ser alteradas, mas a elaboração da APR e divulgação para a equipe envolvida devem ser realizadas.

4.1.2.15. Para a elaboração da APR deve-se utilizar o formulário de **Análise Preliminar de Risco – APR (Anexo I)**. Caso seja necessário a emissão da AS ou PT / SI, o número de controle deve ser registrado no **Formulário de APR**.

4.1.2.16. O preenchimento do **Formulário de APR** deve contemplar as seguintes informações detalhadas:

- a. **PAC** - Vincular os Protocolos de Atividades Críticas da Eletrobras com cada etapa da atividade (quando aplicável).
- b. **Etapas da Tarefa** – descrição das etapas do trabalho identificadas em ordem sequencial de sua execução indicando o passo a passo da tarefa, com ferramentas e equipamentos, conforme documento de planejamento da atividade.
- c. **Perigos e Riscos** - Identificar os perigos e riscos para cada etapa da tarefa, tendo como base o levantamento dos riscos das atividades mapeadas.
- d. **Medidas de Controle** - Definir as ações de controle para eliminar, reduzir ou manter sob controle os perigos e riscos que possam afetar a saúde, a segurança

	DS-001
	Página 9/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

e o bem-estar dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Essas medidas devem ser implementadas conforme a **hierarquia de controles**, priorizando: **Eliminação** do perigo; **Substituição** por alternativas menos perigosas; **Controles de engenharia**; **Controles administrativos**; **Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**, quando os demais controles não forem suficientes.

- e. **O que pode dar errado** - Identificar todos os cenários ou situações que possam comprometer a efetividade das medidas de controle, tendo contribuído para a ocorrência de acidentes ou quase acidente com potencial de causar lesões e danos às pessoas ou danos materiais.
- f. **Medidas de Controle Adicionais** - Determinar medidas adicionais de segurança para manter a efetividade das medidas de controle de modo a garantir a execução segura e acompanhamento da tarefa. Informar medidas de controle já levantadas em investigações de ocorrências de algo que tenha gerado acidente ou quase acidente de alto potencial.

4.1.2.17. O formulário da **APR** preenchido deve estar acessível para os envolvidos até a conclusão das atividades associadas.

4.1.2.18. As tarefas estão proibidas de serem executadas quando:

- os riscos identificados não tenham ações de controle;
- as ações de controle não forem suficientes para a minimização dos riscos;
- o colaborador não esteja treinado, capacitado, habilitado e/ou autorizado;
- os equipamentos estejam inadequados, ocorrer falta ou inadequação de EPI/EPC.

4.1.3. Fórum de Aprovação

4.1.3.1 O Fórum de Aprovação deve ser realizado com o objetivo de promover uma avaliação por um comitê multidisciplinar dos riscos altos e críticos e suas respectivas medidas de controle associadas às atividades a serem executadas.

4.1.3.2 O responsável pela atividade deve apresentar a lista resumida das atividades de risco alto ou crítico, os perigos/riscos associados a cada uma das etapas da atividade e suas respectivas medidas de controle para aprovação do comitê multidisciplinar.

4.1.3.3 Caso sejam identificados perigos/riscos adicionais associados à realização da atividade durante a realização do fórum de aprovação, a APR deve ser revisada antes da realização da RPAC, de modo a contemplar as medidas de controle necessárias, e encaminhada por e-mail para aprovação do comitê multidisciplinar.

4.1.3.4 A reunião de análise crítica deve ser registrada em ata e deve contar com a participação de representantes de acordo com o Apêndice III – Tabela de participantes obrigatórios nas Reuniões Gerenciais. A ata desta reunião deve conter as aprovações, decisões, ações e planejamentos decorrentes da mesma.

4.1.4. Reunião de Planejamento de Riscos Altos e Críticos - RPAC

	DS-001
	Página 10/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

4.1.4.1 A RPAC deve ser realizada após a aprovação da APR, com o objetivo de apresentar e discutir as etapas da atividade, os perigos/riscos associados a cada etapa e as medidas de controle com a equipe de execução, de modo que não fiquem dúvidas sobre a responsabilidade dos participantes em cada etapa e sobre os riscos envolvidos nas atividades.

4.1.4.2 Caso sejam identificados perigos/riscos adicionais associados à realização da atividade durante a realização da RPAC, a APR deve ser revisada antes do início da atividade, de modo a contemplar as medidas de controle necessárias.

4.1.4.3 A RPAC deve ser realizada antes da data de execução da atividade, com a participação de representantes da Eletrobras e dos fornecedores (quando aplicável), de acordo com o Apêndice IV – Tabela de participantes obrigatórios nas RPAC.

4.1.4.4 A RPAC deve ser registrada em ata que deve ser assinada pelos participantes.

4.1.5. Avaliação de Riscos – AR

4.1.5.1 A AR deve ser aplicada com o objetivo de verificar se a APR está sendo cumprida em campo, com todas as medidas de controle implementadas.

4.1.5.2 Após a realização da RPAC e, antes do início de qualquer atividade em campo, deve ser aplicada a AR na frente de trabalho.

4.1.5.3 A aplicação da AR não exige a necessidade de seguir os procedimentos aplicáveis às atividades.

4.1.5.4 Caso sejam identificados perigos/riscos não previstos no formulário da AR, a atividade não pode ser iniciada sem que esses elementos sejam avaliados.

4.1.5.5 A situação deve ser comunicada imediatamente ao encarregado e/ou supervisor da atividade.

4.1.5.6 A atividade não deve ser iniciada até que a AR seja revisada.

4.1.5.7 É necessária a participação de todos os envolvidos na execução das atividades na aplicação da AR, de acordo com Apêndice I e II.

4.1.5.8 O planejamento de atividades que envolvam etapas distintas deve considerar a necessidade de elaboração da AR para cada uma delas, visando melhor identificação dos perigos e riscos, bem como melhor determinação dos controles específicos.

4.1.5.9 Deve-se elaborar a AR para cada instalação onde a atividade vier a ser executada (quantas forem necessárias).

4.1.5.10 Para a emissão da AR deve-se utilizar o formulário de **Avaliação de Risco – AR (Anexo II ou Anexo III)**, checando todos os perigos e riscos, assinalando sua existência ou não no processo, bem como suas respectivas medidas de controle, quando aplicável. Caso seja necessário a emissão da AS ou PT / SI, o número de controle deve ser registrado no **Formulário de AR**.

	DS-001
	Página 11/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

4.1.5.11 A AR deve ser emitida diariamente, em cada frente de trabalho, antes de iniciá-lo e deve ser assinada por todas as pessoas envolvidas na atividade.

4.1.5.12 Quando a atividade em andamento ultrapassar um dia de trabalho, a AR deve ser revisada, revalidada e assinada diariamente por todas as pessoas envolvidas até no máximo por uma semana. Caso a atividade não esteja concluída após uma semana, deve ser realizada uma nova AR.

4.1.5.13 Sempre que houver a identificação de um risco adicional durante a execução da atividade, deve ser interrompida a atividade, analisado os novos controles e realizando a inclusão do risco adicional em campo específico de revisão ou emitindo uma nova AR.

4.1.5.14 Quando da necessidade de incluir novos envolvidos na atividade, estes podem ser inseridos no Formulário de Avaliação de Risco já existente, desde que eles sejam orientados quanto aos perigos e riscos, bem como quanto aos controles estabelecidos.

4.1.5.15 Caso, em qualquer momento, os envolvidos com a atividade observarem alguma condição que os coloquem em situação de grave e iminente risco, eles devem interromper de imediato as suas atividades e utilizar do seu direito de recusa, comunicando o fato ao superior hierárquico ou para o gestor de contrato, para as devidas providências.

4.1.5.16 Toda atividade desenvolvida por profissionais dos fornecedores deve ser fiscalizada por um responsável Eletrobras que deve realizar a validação da AR, sendo que o Fiscal / Gestor do Contrato / Gerente da área / Encarregado será o responsável pela liberação inicial da atividade.

4.1.5.17 Quando encontrado um desvio no preenchimento da AR através de inspeção de SST, a atividade deve ser paralisada, as informações devem ser registradas e as recomendações devem ser reportadas aos responsáveis para tratamento.

4.1.5.18 Para as atividades classificadas como de **risco alto ou crítico** deve ser emitida tanto a AR quanto a PTS, quando aplicável.

5 RESPONSABILIDADES

5.1 Área de Segurança e Saúde do Trabalho

5.1.1 Acompanhar e avaliar a implementação destas diretrizes e propor atualizações.

5.1.2 Manter atualizado e disponibilizar ao público interno e externo os Formulários da APR e AR.

5.1.3 Aprovar e apoiar as áreas na elaboração de APR.

5.1.4 Assessorar tecnicamente os Gestores de Contratos quanto à utilização da APR em contratos de obras e serviços;

	DS-001
	Página 12/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

5.1.5 Treinar Encarregados / Supervisores e profissionais para o uso adequado da APR e AR.

5.1.6 Verificar a eficácia das medidas de controle.

5.2 Área de Educação Corporativa

5.2.1 Elaborar e manter programa para capacitação atualizado.

5.2.2 Garantir a periodicidade dos treinamentos atualizados, prazos e datas de vencimento.

5.2.3 Convocar os colaboradores para realização dos treinamentos.

5.3 Profissionais

5.3.1 Preencher os Formulários de APR e AR, quando necessário.

5.3.2 Contribuir para a revisão dos Formulários de APR e AR.

5.3.3 Considerar os respectivos controles/procedimentos para gerenciamento dos riscos/impactos.

5.3.4 Realizar os treinamentos quando convocado, conforme trilha de treinamento Eletrobrás.

5.3.5 Reportar ao encarregado/supervisor da atividade, técnico de segurança e gerente ao qual está subordinado, qualquer dificuldade física ou emocional, não conformidade observada sobre o processo, atividade executada, os recursos necessários para a realização do trabalho de forma adequada e segura, e/ou em relação a um profissional da equipe, de modo a garantir a segurança de todos.

5.3.6 Observar as diretrizes estabelecidas nesta norma em todas as suas atividades.

5.3.7 Utilizar, sempre que não houver as condições necessárias para a execução da atividade de forma segura para si e/ou para algum profissional da equipe, o direito de recusa.

5.3.8 Aplicar as medidas de controle relacionadas na APR.

5.3.9 Tomar conhecimento dos riscos envolvidos nas atividades, bem como as medidas preventivas e de controle recomendadas, através dos formulários de APR e AR e assiná-los;

5.3.10 Informar ao responsável pela atividade sobre os riscos e medidas de controle não contempladas na APR e AR, solicitando a complementação do assunto;

5.3.11 Observar e aplicar as medidas preventivas e de controle contidas na APR;

5.3.12 Cobrar a elaboração da AR antes do início da atividade.

5.4 Área de Suprimentos e serviços

	DS-001
	Página 13/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	<i>Edição</i>	<i>Vigência</i>
	1.0	dd/mm/aaaa
	<i>Revalidação</i>	

5.4.1 Garantir que os fornecedores tenham conhecimento e cumpram todas as diretrizes contidas neste normativo.

5.5 Gestores

5.5.1 Garantir que os profissionais tenham acesso e conheçam às diretrizes contidas neste normativo.

5.5.2 Assegurar o atendimento aos requisitos de segurança em todas as atividades, rotineiras ou não, reportando ao gerente hierárquico superior os resultados e o tratamento de não-conformidades sempre que houver.

5.5.3 Apoiar a elaboração e aprovar a APR e suas medidas de controle.

5.5.4 Assegurar que os profissionais estão capacitados, certificados e aptos para a execução das atividades.

5.5.5 Monitorar e reportar o andamento dos planos de ação resultados dos processos de fiscalização e avaliação, em relação às não conformidades e oportunidades de melhoria identificados.

5.5.6 Disseminar junto à equipe os programas e iniciativas de Segurança e Saúde do Trabalho, de modo a fomentar a cultura de segurança.

5.5.7 Exigir através de reunião de planejamento das atividades de risco alto e crítico a elaboração da Análise Preliminar de Risco (APR) e Avaliação de Risco (AR) nos termos deste procedimento, tornando obrigatório preenchimento e execução para cada atividade de risco alto e crítico.

6 DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 As atribuições e responsabilidades pela implementação do Processo de Risco Operacional devem ser estabelecidas em normativos específicos de cada área de negócio.

6.2 Devem ser observados os dispositivos legais e regulatórios correlatos ao tema e as determinações e acordos jurídicos específicos vigentes aplicáveis.

6.3 O atendimento aos requisitos legais e outros requisitos aplicáveis deve ser garantido por meio da implantação de processos para identificação, avaliação, atualização e comunicação de tais requisitos às partes interessadas. Nos casos de Sistemas de Gestão certificados deve ser mantida a devida informação documentada.

6.4 As situações não previstas nesta norma devem ser analisadas pelas áreas envolvidas, sendo justificadas mediante nota técnica. As conclusões devem ser ratificadas pelo titular do órgão executivo de direção superior ao qual a área está subordinada ou, a seu critério, pela Diretoria Executiva da Eletrobras (DE), observadas as disposições da legislação vigente e do Estatuto Social da Eletrobras.

	DS-001
	Página 14/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	Edição	Vigência
	1.0	dd/mm/aaaa
	Revalidação	

- 6.5** Esta norma pode ser desdobrada pela Vice-Presidência de Gente e Serviços em outros documentos normativos específicos, sempre alinhados às diretrizes aqui estabelecidas.
- 6.6** Revogam-se documentos e disposições em contrário a este normativo.
- 6.7** A pedido da área gestora, o tratamento das informações da presente norma apresenta uma excepcionalidade quanto a classificação de restrição de acesso à informação, podendo o conteúdo ser divulgado externamente.

7 HISTÓRICO DE EDIÇÕES

Edição	Descrição da Edição	Data
1ª edição	DS-001 emissão inicial	

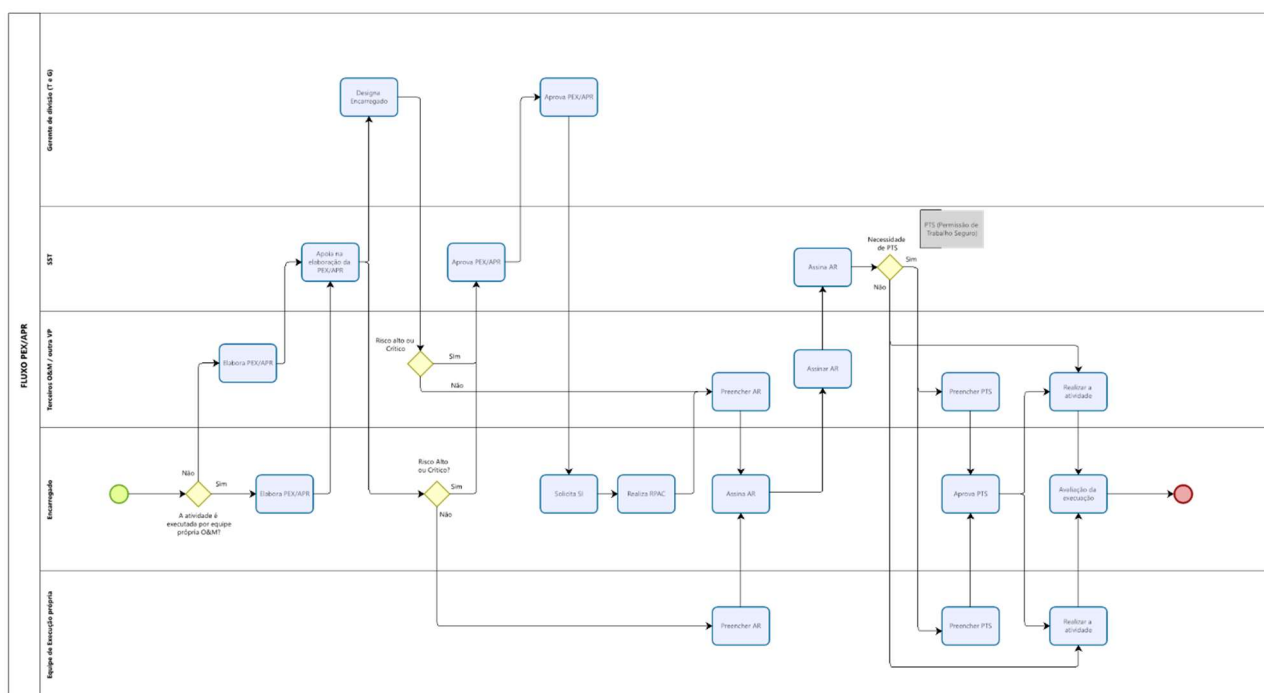
8 APÊNDICES E ANEXOS

- 8.1** APÊNDICE I – Fluxograma para Emissão de APR na O&M.
- 8.2** APÊNDICE II – Fluxograma para Emissão de APR nas demais diretorias.
- 8.3** APÊNDICE III – Tabela de participantes obrigatórios nas Reuniões de Aprovação.
- 8.4** APÊNDICE IV – Tabela de participantes obrigatórios nas RPAC.
- 8.5** APÊNDICE V – Modelo de Apresentação das Atividades Críticas.
- 8.6** Anexo I – Formulário de APR.
- 8.7** Anexo II – Formulário de AR (modelo 1).
- 8.8** Anexo III – Formulário de AR (modelo 2).

	DS-001
	Página 15/18

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	<i>Edição</i>	<i>Vigência</i>
	1.0	dd/mm/aaaa
	<i>Revalidação</i>	

APÊNDICE I - Fluxograma para Emissão de PEX/APR O&M.



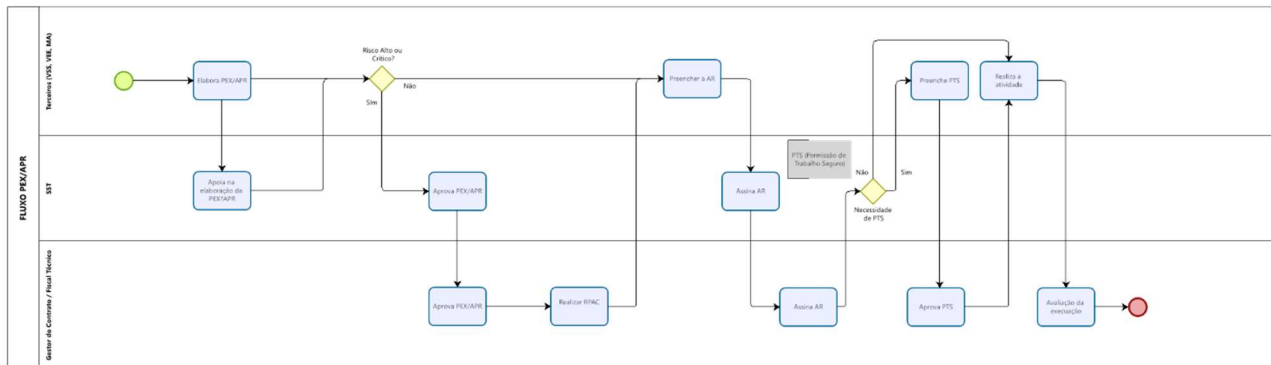
APÊNDICE II - Fluxograma para Emissão de PEX/APR demais diretorias

NO-SP.01.05-nnn
Edição

1.0

Vigência

dd/mm/aaaa

PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL
Revalidação


APÊNDICE III – Tabela de participantes obrigatórios nas Reuniões de Aprovação

Risco envolvido	Obrigatório Participantes	
	Eletrobras	Contratada
Risco Alto e Crítico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gerente responsável pela atividade ou indicado por ele; ✓ Engenheiro de SST; ✓ Técnico de SST; ✓ Pessoa Responsável pela atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gerente da Empresa. ✓ Pessoa Responsável pela atividade. ✓ Pessoa Responsável de SST (quando aplicável)

APÊNDICE IV – Tabela de participantes obrigatórios nas RPAC

Risco envolvido	Obrigatório Participantes	
	Eletrobras	Contratada
Risco Alto e Crítico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Engenheiro de SST; ✓ Técnico de SST; ✓ Equipe executora; ✓ Pessoa Responsável pela atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipe executora; ✓ Pessoa Responsável pela atividade. ✓ Pessoa Responsável de SST (quando aplicável)

NO-SP.01.05-nnn PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	<i>Edição</i>	<i>Vigência</i>
	1.0	dd/mm/aaaa
	<i>Revalidação</i>	

APÊNDICE V – Modelo de Apresentação das Atividades Críticas

Análise das atividades críticas

Atividade Nova

Informações	
Empresa/Contratada:	Nº do Contrato:
Local:	Quantidade de pessoas:
Período da Atividade:	Gestor do Contrato:
Descrição da Atividade	Fotos/Simulado
Principais Riscos	
Medidas de Controle	

	DS-001
	Página 18/18